



Educação & Realidade

ISSN: 0100-3143

educreal@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

Lazarus, Sylvain

Contemporâneo e Política

Educação & Realidade, vol. 37, núm. 2, mayo-agosto, 2012, pp. 383-397

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227324004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Contemporâneo e Política

Sylvain Lazarus

RESUMO – Contemporâneo e Política¹. O texto aborda a crise da política e do contemporâneo como resultado de uma captura dos nomes pelo campo estatal. Quanto à política, todas as tentativas, desde 1968, de constituí-la a distância do Estado, do ponto de vista das pessoas e do interior de situações, apagaram-se atualmente. Reflete-se ainda sobre a natureza separada do Estado, e sobre o pensamento das pessoas e as formas de subjetividade. Assim, trata-se de avaliar a ruptura do pensamento, a partir da tese de que a natureza atual do Estado como Estado separado é incompatível com um pensamento das pessoas orientado para os possíveis. Busca-se, por fim, questionar o lugar da disciplina antropológica e o que ela pode enunciar sobre o contemporâneo hoje.

Palavras-chave: **Política. Contemporâneo. Estado Separado. Antropologia.**

ABSTRACT – Contemporary and Politics. The article deals with the crisis of politics and of the contemporary as a result of a name capture from the state field. Regarding politics, all the attempts since 1968 of reconstituting it away from the state, from the point of view of people and the interior of situations, are now over. There is also a reflection about the separate nature of the state and about the thinking of people and the forms of subjectivity. Therefore, this text aims at evaluating the rupture of thinking using the thesis that the contemporary nature of the state as a separate state is incompatible with the thinking of people guided to the possible. The article searches, at the end, questions the anthropological discipline and what it can enunciate about the contemporary today.

Keywords: **Politics. Contemporary. Separate State. Anthropology.**

A ruptura no pensamento, que por si só já constitui um acontecimento, é que hoje a hipótese de uma política feita a partir das pessoas, antes verossímil, deixou de ser possível. A política é agora totalmente cativa do campo estatal. Tendo em conta as proposições da Antropologia do Nome² (anos 1980-1990), se o nome político desaparece então os lugares deste nome³ também desaparecem. Falando empiricamente, é o desaparecimento dos lugares do nome que assinalam o desaparecimento do nome. Hoje estamos diante dos que possuíram nomes e que não os têm mais. Assim, encontra-se disposta uma qualificação do contemporâneo em vista da situação do pensamento das pessoas na época do Estado separado.

O que a antropologia pode enunciar sobre o contemporâneo? Se ela não se confunde nem com a história nem com a filosofia, a questão do contemporâneo situa talvez sua capacidade de responder à exigência de ser ela mesma uma disciplina contemporânea e, por isso, não basta, de forma alguma, dizer que seu objeto é o contemporâneo. Pois o contemporâneo não é um objeto (simultâneo, atual) que deveria ser qualificado, aliás, ele não se qualifica por um acontecimento, uma situação ou um objeto, mas por conflitos de intelectualidade.

Por isso, a pertinência da noção não é de modo algum admitida na corporação dos antropólogos: o contemporâneo não é nem um objeto, nem um campo, em contraponto à cultura, ao parentesco, à religião, à cidade, à mestiçagem... Não há antropologia do contemporâneo, não poderia haver. Mas o contemporâneo sinaliza uma exigência do pensamento que não é apenas uma exigência do conhecimento. O pensamento, em oposição ao conhecimento, se dispõe a partir do *ainda não conhecido*. Se algo é novo, inédito, é desconhecido: para pensá-lo, é preciso forjar novas categorias.

Meu domínio, *fieldwork*, dizem os anglo-saxões, é a pertinência, na antropologia, da questão colocada ao pensamento pelo enunciado *as pessoas pensam*. É o que eu chamei uma antropologia das singularidades subjetivas: *elucidar o subjetivo do interior do subjetivo*, sem evocar referentes objetivistas ou positivistas, e sem dialética.

Quando eu teorizei esta abordagem nos anos 1980-1990, a política, em sentido renovado, podia valer como exemplo maior de um percurso subjetivo, depois do classismo. Apenas sustento – ruptura decisiva – que a política (aquele que podia estar *na interioridade, do ponto de vista das pessoas*) é hoje um significante inteiramente monopolizado pelo campo estatal; a política é agora uma palavra capturada. Eu quero então avaliar aqui as consequências necessariamente decisivas do enclausuramento da política pelo Estado, considerando que antes ela pertencia à ordem do pensamento das pessoas.

A alternativa de partida era esta: se a política existe, ou ela pertence à ordem do pensamento, ou ela está no âmbito do Estado⁴. Ora, se hoje um dos dois termos da alternativa vacila (a política como pensamento), a questão da pesquisa sobre as singularidades subjetivas está para ser completamente refundada, porque, na *Antropologia do Nome*, a investigação do nome *política* e a do nome *operário* fundava a possibilidade e a pertinência de uma antropologia das

singularidades subjetivas. Hoje, o significante *operário* não é mais um nome e seus lugares desapareceram. Este significante não evoca nem aproxima nenhuma potência intelectual e política, do ponto de vista das pessoas. Quanto à política, todas as tentativas desde 1968 de constituí-la a distância do Estado, do ponto de vista das pessoas e do interior de situações, apagaram-se atualmente^{5,6}.

O aniquilamento da política em interioridade, quer dizer, como categoria das pessoas, desloca e afeta profundamente as formas anteriores de subjetividade e reinterroga o enunciado *as pessoas pensam*, que eu coloquei como fundamento de minha abordagem antropológica. Se a política (como intelectualidade e como possível compartilhados) está subtraída do pensamento das pessoas e é cativa do Estado e de seu léxico, se – fato novo – o significante de política está hoje capturado pelo Estado, alguma coisa não opera mais desde uma anterioridade do subjetivo.

Nessas páginas, eu gostaria de refletir sobre a natureza separada do Estado, e sobre o pensamento das pessoas e as formas de subjetividade hoje. Gostaria, desse modo, de avaliar a ruptura do pensamento, se admitirmos que a natureza atual do Estado como *Estado separado* é incompatível com um *pensamento das pessoas* orientado para os possíveis e a organização, como isso estava disposto na *Antropologia do Nome*. Nessa perspectiva, os tempos são novos.

Os Tempos São Novos

A hipótese de que os tempos são novos impõe-se a mim em razão de uma situação nova dos lugares. Se eu fizer o estado da arte dos *lugares*, fica evidente que muitos nomes viram seus lugares se apagarem, singularmente os nomes operário e político, como já referi.

Mas se os tempos são novos, como dizer isso? O que permite sustentar isso? Bastam certos acontecimentos? Citaremos a queda da URSS, os atentados de 2001 em Nova York, as insurreições na França em 2005 e 2007? Entretanto, é preciso tomar cuidado para não confundir o descriptivo empírico de um acontecimento e aquilo que ele traz ou aquilo que o traz. A primeira dificuldade, em um questionamento sobre o contemporâneo, é aceitar não começar pelo procedimento da datação, por marcas cronológicas. Também não podemos dizer simplesmente que o que está em jogo são os *tempos atuais*. Os tempos atuais são um campo infinito e inapreensível. Pode se tratar, ao contrário, de sustentar alguns enunciados, algumas atribuições, especificações, teses. E estas teses são internas a um campo e seu questionamento é singular. É do interior deste campo que a questão pode se desenvolver.

A segunda dificuldade, na abordagem dos tempos novos, é que a identificação daquilo que está acontecendo, a categoria do presente, deve reconhecer e dar lugar àquilo que aconteceu, a categoria do histórico, não esquecê-lo e não negá-lo; uma vez que ele deve dar conta da própria disjunção; do contrário, encontramos (apenas) os prejuízos do *desaparecimento*, e a postura daqueles

que agem como se nada tivesse acontecido. A diferença entre o que acontece e o que aconteceu é, contudo, muito complexa, e passa pela *sequência subjetiva*. No tocante à política, eu propus a categoria de *modo histórico*, com a especificação de que só podemos refletir nestes termos a partir de sequências fechadas.

Aquilo que se Teve

A antropologia do nome é uma antropologia das singularidades subjetivas. Lembremos que as singularidades subjetivas se desenvolvem nos nomes, seus lugares, seus possíveis.

Nós saímos de uma época – e de suas situações – na qual a hipótese era de que (e a hipótese permanece) uma abordagem do pensamento das pessoas e dos fenômenos de consciência era (é) possível. A antropologia do nome estabelecia isso. Cada vez que se colocava a questão de saber se o pensamento, como singularidade, é pensável, e que se procurava identificá-lo por um procedimento interior, estava-se em uma antropologia do nome.

Então – naqueles tempos – a política pertencia possivelmente ao pensamento (isto é, existia essa alternativa do ponto de vista das pessoas, como já disse): esta política se colocava como singularidade que escapa à generalização e à totalização. Era possível agregar a isso uma racionalidade da singularidade que requeria novas categorias de apreensão. Eu as chamei de intelectualidade e pensabilidade, necessariamente sequenciais (não permanentes). Considerando que a existência sequencial da política se daria naquilo que eu propus chamar, para as sequências fechadas, de um *modo histórico da política*.

A política, eu insistia nesse ponto, era apenas um nome, um nome de que me ocupei com prioridade. O que eu designava como *nome*, na Antropologia do Nome, são essas singularidades. Eu dizia *o nome inominável*: um nome é inominável porque é aquele de uma singularidade irredutível a nenhuma outra coisa senão ela mesma, enquanto que toda nominação se abre a uma generalização, a uma tipologia, ou a uma polissemia, que manifestam a existência de uma multiplicidade heterogênea, que recusam a singularidade. A proposição é, então, que o nome existe; compreendamos: a singularidade existe, mas não podemos nomeá-la⁷, apenas captá-la por aquilo que se verá ser seus espaços. O pensamento libera nomes que são inomináveis, mas que podem ser captados por seus espaços.

Investir no pensamento⁸ das pessoas, e pelo método da enquete, nas singularidades subjetivas (os nomes), demandou a constituição de uma problemática dos lugares dos nomes. Para pôr isso em ação, sempre através de investigações, eu propus as categorias de acontecendo (presente) e aconteceu (histórico), centrais na análise das formas de subjetividade e de pensamento. Descontinuidade, sequências subjetivas, aconteceu, acontecendo: são requisitos de método da antropologia das singularidades subjetivas, que trata a questão do presente (acontecendo) sob uma perspectiva que não é historicista, nem causal, nem determinista.

O *acontecendo*, na sua pura natureza factual, é, entretanto, ameaçado de empiricismo; ele é pensável *nos seus lugares*. Ele é certo, (ele existe indubitablemente) mas ele é indistinto, e para produzir uma inteligibilidade que o esclareça, que não seja precisamente nem puro empiricismo, nem sensação, nem evidência descritiva, é preciso poder compreendê-lo naquilo que eu chamo de seus lugares.

No que concerne ao nome *fábrica*, eu propunha, mais uma vez, a partir de pesquisas com operários, identificar a fábrica lugar *do tempo* (Renault Billancourt 1966), a fábrica lugar *do Estado* (Fábrica de maquinaria pesada número 1, Canton, China 1969, Alemanha do Leste 1989-1990, Polônia 1990), e situações de constituições dos Núcleos operários que conduziram mobilizações vitoriosas sob o registro do enunciado “na fábrica há o operário”, na usina Steco, no norte de Paris em 1991, na Renault Billancourt, em 1992.

Sobre o nome *política*, a categoria de *modo histórico da política em interioridade* permite identificar um modo histórico com vistas aos seus lugares. Eu qualifiquei, assim, os modos revolucionário (França, 1792-1794), bolchevique (Rússia e depois a URSS, 1905-1917), dialético (China, 1929-1966).

A problemática própria à antropologia do nome permitiu realizar numerosas pesquisas com regras de método considerável, em interioridade, investigando o subjetivo a partir dele mesmo. Tratava-se de restituir a questão do subjetivo depois do abandono do classismo, no bojo de uma situação em que o subjetivo não se desenvolve (ou não se desenvolve mais) na luta das classes, na contradição com o Estado burguês. Isso produzia possibilidades e potências de intelectualidade do lado das pessoas, e na língua natural. Com efeito, meu método de pesquisa exige conferir uma grande importância às *palavras*, a seu uso e às suas atribuições. Eu sustentei que existiam diferentes *léxicos*, diferentes registros de palavras: isso foi confirmado por numerosas pesquisas de campo. Há três ordens de léxicos: o léxico das instituições, dos poderes públicos (que se pode reagrupar por comodidade em um léxico do Estado), o léxico do saber universitário e acadêmico, *científico*, e enfim o léxico das *pessoas*. Ou ainda: as palavras do Estado, as palavras da ciência, as palavras das pessoas. Três ordens de léxicos que são também três ordens de discurso. *Discurso* aqui quer dizer: operações singulares de pensamento ou de intelectualidade. Essas três ordens (ou pelo menos a das pessoas e a do Estado) estão absolutamente separadas, disjuntivas. Não é a mesma língua, não são as mesmas palavras, nem o mesmo pensamento, e quando algumas vezes a palavra é a mesma (*família, escola, lei*, por exemplo), ela não quer dizer absolutamente a mesma coisa. As palavras das pessoas constituem um espaço intelectual, lexical, e problematizam em seus termos e suas experiências o real⁹. Estas palavras, tal como as assinalam as pessoas, suspendem suas polissemias, somente são formuláveis por dispositivos singulares de discussão e de trabalho com as pessoas.

Num primeiro momento eu evoquei simplesmente os termos da antropologia operária, com suas palavras: operário, fábrica, trabalho. Mas ocorreram também as pesquisas da Especialização em Ciências e Técnicas “Formação

no conhecimento das *periferias*” (curso que eu criei na Universidade Paris 8, em 1994). Em minha opinião, enunciados essenciais foram trazidos por essas diferentes pesquisas:

– O fim do classismo, o fim da figura operária, o fim da *glória dos operários*. A *schize* (a ruptura) como é dito na pesquisa Renault¹⁰.

– Sobre os subúrbios: não se trata nem de uma crise do construído (do urbanismo), nem de uma crise demográfica, mas de uma crise de Estado. Eu voltarei a isso mais ao longo deste artigo.

Outra modalidade de análise, totalmente diferente, nada mais que uma modalidade de investigação e pesquisa, era aquela da organização da política dita *do lado das pessoas, distante do Estado*. Estas pesquisas e o trabalho da política *do lado das pessoas* colocaram em evidência, por sua vez, que a organização era um *terceiro lugar* articulando a subjetividade e a questão do Estado através, principalmente, das posturas subjetivas e daquilo que eu chamei de “prescrições sobre o Estado”. Hoje isso se desfez, e alguma coisa começa mediante um posicionamento novo e da questão do Estado e da subjetividade. É uma dimensão do contemporâneo. Eu nomeio o que se trabalha e se busca, mas não o que vai se dispor.

Sobre o Contemporâneo e a Situação da Antropologia Hoje: novas formas de subjetividade e o Estado separado

As periodizações do Estado. Considerando que o Estado exige constantemente ser qualificado por uma analítica própria, eu propusera pensar o fim do Estado classista, depois a instalação do Estado consensual (pós-classista). Se o Estado classista sustentava-se num antagonismo, a hipótese era que o Estado consensual tinha a particularidade de não ser mais, de forma alguma, programático, nem margeado por situações reais. Eu argumentava que no Estado consensual e pós-classista, a política podia ser pensada no seu sentido próprio, irredutível ao Estado, irredutível ao campo filosófico, econômico ou histórico. Pensá-la como pensamento, e não como objeto. Este subjetivo próprio à política tinha como característica principal ser inteiramente subjetivo¹¹, fora de toda dialética.

Daqui por diante, é o Estado separado que opera. A questão, lancinante, volta então: o que devém uma orientação em subjetividade se seu paradigma fundador (anterior), a política, estiver entregue ao Estado separado, se a atribuição da política cai inteiramente no âmbito estatal? Em outras palavras, se as pessoas não conservam mais os enunciados de uma política *a distância do Estado*, condição para que ela seja um pensamento, e não um discurso do poder.

A questão do contemporâneo se confronta então com esta realidade: como representar hoje as pessoas¹² depois do classismo e do Estado consensual? É preciso renunciar a toda representação das pessoas? As pessoas existem de maneira diferente do que projetadas em funcionalidades diversas e puramente

operatórias: eleitores, consumidores, contribuintes, jovens ou velhos, pessoas saudáveis ou doentes, ricas ou pobres, mal vistas ou bem vistas pela polícia etc.?

Estado Separado

Eu falo hoje de *Estado separado*. Isso significa que o Estado reivindica hoje a recusa de todo princípio decorrente de um interesse geral, do respeito às pessoas, da sua dignidade e da sua vida. Doravante, não há mais leis que valham para todos: elas são leis com um estatuto especial. Vemos isso claramente no caso do Ceseda (Código de entrada e de estada dos estrangeiros e do direito de asilo), das leis Lopsi (Leis de orientação e programação pela segurança interior), como no fato, por exemplo, de que a obtenção de um título de estada depende da arbitrariedade das autoridades do departamento. O Estado, isto é, o governo e o conjunto do aparelho de Estado, não apenas escolhe abandonar as pessoas em todas as questões importantes de sua vida: o trabalho, a escola, a saúde, a moradia etc, mas, também, ele declara guerra a categorias inteiras da população (os jovens das cidades, as pessoas estrangeiras e principalmente os que estão em situação irregular no país). O único valor de que o Estado se vale hoje é o da sua própria autoridade, encarnada pela polícia, e a violência que lhe é oficialmente e publicamente permitida. A justiça e a polícia são o modelo, a norma que o Estado procura impor à escola, nos serviços sociais ou de saúde ou, ainda, nas relações das pessoas entre si e com elas mesmas. O Estado se esforça para impor sua ofensiva atual como único objeto de pensamento e de referência e assim quer instalar o silêncio na mobilização real das pessoas, na inteligência de suas iniciativas acumuladas. De maneira que a própria palavra *política* não é mais uma palavra livre, da qual as pessoas possam se apropriar para manifestar sua vontade própria de pensar e de agir, mas sim apenas um instrumento a serviço dos pensamentos, das práticas e das intrigas internas aos partidos, ao Estado e à sua brutalidade atual. A palavra *política* é uma palavra do Estado e de seus partidos, uma palavra da oposição interna ao Estado, que põe obstáculo à vontade e à capacidade das pessoas.

As situações atuais manifestam uma *crise da categoria da política* e daquela da *representação*. Uma problemática autônoma do subjetivo, tal como eu a desenvolvi, antecipava de fato o esgotamento das categorias de consciência e de representação, quando isso acontecia em uma relação expressiva com o Estado (professor, por exemplo, positivo ou negativo).

Todas as minhas pesquisas indicam que a noção de *política* é para as pessoas articulada àquela de político, de poder e de estratégia de carreira. A política como campo de um possível aberto não tem mais lugar a seu ver. Como se o poder e o Estado se apropriassem hoje da noção de política e a tornassem cativa. O olhar das pessoas sobre a política, em particular o dos jovens, é igual ao seu olhar sobre o Estado e o poder. E isso sem que nenhuma alternativa apareça. Instituições ou eleições decorrem de uma funcionalidade, tal como

a do Estado, e de nenhuma outra coisa que estaria aberta e veicularia uma possível alternativa. A representação, como a dos partidos, é absolutamente colocada em questão. O fim da representação é uma ruptura imensa da qual não se estimam ainda todos os efeitos.

Possível e Organização

O que foi profundamente modificado foi a questão do *possível* e, a meu ver, principalmente com o abandono da categoria de política do ponto de vista das pessoas. Hoje a categoria de política é cativa do Estado, tal como ele mantém cativos lugares inteiros de subjetividade. Isso tem efeitos sobre a questão da organização. Um efeito da captura da política no Estado, é que toda organização da política está ela mesma, de uma maneira ou de outra, indexada ao Estado. É preciso manter a transitividade entre política, organização da política e espaço estatal.

Sobre o Acontecendo no Contemporâneo

Na Antropologia do nome (ADN), o contemporâneo não é problemático, sendo o acontecendo já encontrado, instalado, e podendo até mesmo estender seus efeitos de pensamento sobre o que aconteceu e suas sequências fechadas. Hoje as coisas são totalmente outras.

Na época em que foram escritos a ADN e o artigo de *Etnologia francesa*¹³ sobre a antropologia operária, podíamos citar e apresentar processos reais que validavam e confirmavam o dispositivo problemático. Uma das características do contemporâneo, a meu ver, é que estamos em uma fase de questionamento, de experimentação empírica. Estamos voltados mais exatamente para a empiria das situações, e esta empiria é uma empiria de busca, de protesto, de recusa – muito mais sobre o que não se quer do que sobre o que se pode. Não há acontecendo suficientemente disposto ou definido.

As formas atuais do novo são ilegíveis em sua positividade estratégica, porque a questão de Estado não é levada em consideração (nem à moda antiga, sob a forma da ideia de revolução, nem em um realismo sobre a natureza do poder, sobre o poder dos aparelhos militares e policiais, sobre a lógica implacável da propriedade e do capital etc.). Vemos isso através do desenrolar dos acontecimentos na Tunísia e no Egito, a via cada vez mais tensa (o aparelho do Estado mais e mais agressivo em relação às pessoas). Poder-se-ia taxar minha posição de revolucionarismo atrasado: *você diz que falta a consciência do antagonismo; diz que acabou isso com o classismo, e apesar de tudo, isso permanece referencial*. Pelo contrário, eu mantendo a obsolescência do classismo, mesmo sustentando que a questão do Estado permanece central. Seu modo de presença nos movimentos ou nas aspirações não se dará mais nas modalidades próprias

da luta de classes ou da revolução, mas novas modalidades de subjetividades e de ações vão se buscar e aparecer, vão transformar profundamente a relação das pessoas com esta questão, em uma lógica diferente da lógica revolucionária. O que está sendo operado e surge, eu o chamo de *contemporâneo*. Porque para mim é a primeira vez que isso se coloca nesses termos. As coisas inverteram-se: a questão da fidelidade a 1968, à figura operária, tornou-se distante e viu sua eficácia se dissipar. O classismo se tornou por vezes um fundo de comércio filosófico. Ao mesmo tempo, em tudo que aprendi, por experiência militante, eu sei que não é a título de história que o atual se implanta. Ele se implanta *a partir do atual*, e regrupa jovens ou menos jovens. Como *política* é inutilizável, vem o *contemporâneo*, que é um novo nome; uma palavra problemática, que tem características absolutamente singulares, com lugares inéditos, lugares fugazes. O nome conhece uma flutuação quando o lugar é errante. Os fundamentos de pensamento, entre hoje e 20 anos atrás, são absolutamente diferentes em qualquer ponto. Existia antes uma segurança sobre os lugares. Compreendemos bem porque hoje não há mais *nós*. As formas anteriores são totalmente fechadas, e as formas novas estão à procura de sua própria expressão, de seus próprios enunciados.

É preciso então se resguardar de ler os tempos atuais a partir de léxicos antigos. Temos muita dificuldade em teorizar as formas de subjetividade de hoje. Podemos fazer a análise daquilo que se chamou *organização* como tendo sido um destes lugares. Ao mesmo tempo é preciso insistir na natureza do terceiro lugar. Eu deixo aberto o inventário do que faz de um lugar um terceiro lugar.

Eu proponho chamar o contemporâneo *um acontecendo cujos lugares faltam*. Não simplesmente no sentido de que os antigos se fecharam; ou no sentido de que os novos já estão e de que não sabemos vê-los. Talvez – ruptura mais fundamental ainda – ingressamos em um período de um acontecendo sem lugares, e aí é preciso sermos de uma modéstia extrema, atentos a este espaço de uma nova dimensão. Tudo o que se soube não funciona mais; não é que se tenha esquecido.

Estaremos no início de uma nova sequência, cujos lugares e processos estão em constituição inicial, ou estamos mais radicalmente em tempos novos, sem lugares, e na conclusão de uma sequência histórica que vai do século XVIII à derrocada da URSS, tempos que viram se constituir os Estados e os povos, as nações e as revoluções, as guerras?

E as singularidades subjetivas contemporâneas? É realmente a questão do contemporâneo que é decisiva e que vai delinear os espaços subjetivos. O que eu quero examinar hoje é a hipótese de que a antropologia possa ser um terceiro lugar. É preciso recebê-la ou rejeitá-la? Logo, é todo o registro da singularidade do conhecimento antropológico e sua diferenciação com a filosofia, a história, a economia, e a sociologia. Será que uma antropologia do pensamento pode serposta no registro do conhecimento?

O Observatório Internacional dos Subúrbios e das Periferias (OIPB)¹⁴

O pensamento das pessoas é a convocação real. O conhecimento não pode então renunciar a isso. Nas páginas que seguem, para concluir, eu queria dar um exemplo contemporâneo de dispositivo de trabalho e pesquisa: o Observatório Internacional das *Banlieues*¹⁵ e das Periferias foi implantado em 2009¹⁶, seguinte ao Observatório franco-brasileiro das *banlieus* e periferias. Quais são as problemáticas e os métodos de trabalho? Eu gostaria de precisar alguns pontos sobre isso.

A qualificação da forma do Estado é, a meu ver, decisiva na abordagem das situações urbanas, particularmente aquelas das *banlieus* e das periferias. Que eu mantenha este discurso pode parecer paradoxal, ao passo que problematizo e pratico uma antropologia do pensamento das pessoas cujos dois enunciados constitutivos são *as pessoas pensam e o pensamento das pessoas é relação do real*¹⁷. Porque insistir na questão do Estado enquanto que as experiências sobre as quais nos apoiamos para fundar o Observatório, e as práticas do Observatório, consistem em dispositivos de pesquisa e de trabalho com as pessoas, sobre as palavras das pessoas e suas categorias de intelectualidade? Eu vou tentar me explicar através dos dispositivos de pesquisa passados e em desenvolvimento.

A Especialização [*Maîtrise*] de Ciências e Técnicas (MCT), que eu criara na Universidade de Paris 8, *Formação no conhecimento dos subúrbios*, fora fundada sobre esta ideia: o que na França se chamava de a crise das *banlieus* era na realidade uma crise do Estado, e *banlieus* designava simplesmente o lugar onde esta crise explodia primeiro e se fazia notar. *Banlieus* era o nome a partir do qual se procurava a modernidade, e também a partir dele os termos do contemporâneo podiam se lidos. Eu me opunha radicalmente à tese dominante da época, que corre ainda hoje, segunda a qual as *banlieus* são os lugares de uma crise que deve ser lida como efeito do urbanismo, das construções (as barras e as torres)¹⁸ assim como da demografia (excesso de operários, de pobres, de estrangeiros ou de filhos de estrangeiros, de famílias numerosas etc.). Nesta visão, as consequências se impõem: destruir as torres e as barras depois de tê-las deixado se degradar de maneira irremediável, e dispersar os habitantes sem alojá-los novamente por conta da miscigenação social e das leis do mercado sobre a construção.

No MCT *banlieus*, durante mais de doze anos, levamos adiante, a cada ano, estudantes e professores, pesquisas sobre o que diziam e pensavam os habitantes, as pessoas das *banlieus*, sobre a escola, a política, a família, o trabalho, a cidade, os jovens... Os resultados de cada pesquisa anual eram apresentados e discutidos em um colóquio público. Nos seus últimos anos, o MCT *banlieus* estava instalado em salas do grupo escolar Langevin no meio da *cité* dos 4000 em *La Courneuve*¹⁹, e nossos laços com as pessoas da *cité* eram muito importantes.

Toda a dificuldade é constituir o que será designado pelas pessoas, pelos habitantes, pelos moradores de um lugar. O Estado (o governo, os ministérios, as instituições tanto nacionais²⁰ quanto locais) será o referente disso e os seus registros vão servir de provedor de análise e operador? Como fazer de outra forma, para supor que se tenha a decisão de se confrontar com isso? Questão de léxico, mas também de categorias. Tomemos os adolescentes e jovens dos bairros populares, das *banlieus*, das periferias: como chamá-los, como qualificá-los? A partir dos léxicos dos ministérios, Justiça, Educação, Integração Nacional, Defesa, que não param de produzir e comunicar no lugar das pessoas? Se quisermos outro léxico, outra interlocução, então é preciso encontrá-los, interrogá-los sobre seus termos e suas propostas e aceitar a realidade: entre o léxico dos jovens e o do Estado, há uma heterogeneidade radical, há uma ruptura. Esta alteridade irredutível, confirmada por todas as nossas pesquisas (Alvorada, Canoas e Porto Alegre no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, *Grigny* na *Essonne* e em todo o departamento de *Seine Saint-Denis*, na França) se resume no seguinte enunciado defendido pelo grupo da *Essonne*²¹ do Observatório, a respeito do Estado e das instituições: *Eles, são eles, nós, somos nós*. As palavras, os valores, as categorias, as maneiras de pensar, as operações de intelectualidade estão separados.

Esta nova situação da relação entre o Estado e as pessoas, como eu disse mais acima, eu a chamo de Estado separado, que é a situação contemporânea, na França como no Brasil, bem como, segundo o que sei disso, também no Senegal. Ora, alteridade, separação entre o Estado e as pessoas, não significam mais relações compatíveis e entendimento, e tampouco antagonismo. Os jovens encontrados no contexto do Observatório, tanto no Brasil quanto na França dizem: *A polícia nos faz guerra*. As relações da polícia, dos guardas, dos militares com os jovens são de uma tensão extrema e frequentemente de uma violência de tipo novo.

Esta nova forma do Estado, a do Estado separado, é qualitativamente diferente da anterior, que na França eu chamo de a forma do Estado classista. No Estado classista, havia uma unidade entre a concepção de Estado, de sociedade e de saber, da história e da política. As palavras-chave eram: totalidade, contradições, dialética, consciência, representação. Tudo estava ligado pelas contradições de classe e tudo tinha seu lugar, o capital dispunha de operários e burgueses, dominantes e dominados: o Estado era a grande máquina da dominação, mas em seu seio, através das políticas públicas, ele apresentava instituições do interesse geral: a escola pública, os hospitais públicos, as aposentadorias, o auxílio-saúde... O classismo implicava partilha, cada uma partilhava seu lugar, os operários, os burgueses, os imperialistas, os anti-imperialistas... O dispositivo era um e os lugares eram múltiplos e se declaravam contraditórios. Ser oposto equivalia a ter um lugar ou a atribuir um lugar.

Como hoje, na situação do Estado separado, ser exigente com os referentes do discurso que sustentamos? A meu ver, há apenas dois referentes, o do Estado e o das pessoas. Em face de cada um desses referentes, somos confrontados

não apenas a qualificar nosso próprio espaço subjetivo, mas com aquilo que é dito do outro referente, assim como os termos veiculados sobre a separação. Acrescento que, sem dúvida, a separação não é um referente em si mesma: ela é o que se diz da relação entre um referente e o outro. Em outros termos, vários modelos de pesquisa são propostos. Do lado do Estado: seus discursos, suas políticas e seus dispositivos, isto é, como o espaço de poder e de legitimidade é apresentado e argumentado, como, através da categoria de população, cuja designação ele decreta (*jovens de banlieu, bairro sensível, zona de risco...*), o Estado decide a norma e, portanto, o que está distante da norma, o que vai ser a lei e, portanto, o que será ilegal. Certamente dir-se-á que todo Estado procede assim, sem dúvida, mas há uma diferença fundamental entre o Estado classista, depois consensual, e o Estado separado de hoje.

No Estado classista, o Estado argumentava e se apresentava como um Estado de todos, do povo inteiro, pela figura do antagonismo. O Estado consensual o fazia por um funcionamento *unanimista*. Havia um todo que se chamava França, Brasil, uma nação, um país. E o Estado se declarava expressão dessa totalidade, particularmente em termos de representação. Estado de classe e, no entanto, procurando ser expressão do todo e dar a cada indivíduo um lugar, mesmo manifestando uma preocupação pelo interesse geral.

Não estar do lado do poder, dispor os termos de uma intelectualidade em alteridade radical com o poder, é este meu discurso. Eu volto à ideia segundo a qual esta questão é muito peculiar hoje, singular do período atual. Isso resulta no dispositivo do qual saímos: o do Estado classista, depois consensual, dispositivo com o qual somos muitas vezes tentados a continuar pensando.

Uma voz dos habitantes, vinda de processos próprios, a distância do Estado e forjando seu próprio léxico, eis um dos campos de pesquisa do Observatório. Paradoxalmente, a realidade do Estado separado reforça a urgência destas questões. As pessoas da *banlieu*, das periferias e dos bairros têm que afrontar constantemente tanto as medidas e práticas estatais quanto a questão daquilo que poderia ser o seu léxico próprio e seu desejo singular. Com as periferias e as *banlieus* nós estamos no coração do contemporâneo das pessoas. A questão do território e da territorialidade é frequentemente citada nas políticas urbanas. Estamos convictos, contudo, de que uma abordagem em termos de território era extremamente estatal, conduzia àquela da população (ou das populações) do território, e suas qualificações pelas instâncias e serviços interessados. *Território, população, interlocutores privilegiados, responsáveis comunitários, grandes irmãos*: tudo isso decorre da malha e da estrutura estatal. A questão de um discurso próprio e com ele a de um projeto próprio das pessoas, permanece aberta. Eu lanço a hipótese de que tais lugares são possíveis e urgentes.

O processo de pesquisa no contexto do Observatório é exigente e difícil. O desafio principal não é de ordem da pesquisa no sentido acadêmico do termo, pesquisa tanto sobre as políticas institucionais quanto sobre o que dizem as pessoas. O que nos interessa e nos motiva, é que se constituam equipes de trabalho cujo propósito seja promover iniciativas e projetos que perdurem sem, no

entanto, serem institucionalizados e anexados ao espaço que eu chamo estatal. Universitários, políticos e habitantes são convidados a fazerem parte desse projeto, difícil, mas cuja experimentação mostra que é possível e de extrema pertinência. Mas, mesmo supondo que, ao término de seu trabalho, o Observatório conclua que fora do Estado nenhum outro lugar ou projeto é possível para as pessoas, ele terá trazido sua contribuição para uma questão pungente deste século: uma vez que a hipótese de um *Estado socialista* que suprimisse a propriedade privada foi contradita pela experiência revolucionária do século XX, é possível uma alteridade subjetiva, lexical, e inventiva em projetos úteis? É o que está em jogo no trabalho do Observatório, em termos absolutamente novos, porque estritamente contemporâneos.

Nem as pessoas nem o Estado são entidades estáveis, fixas, invariáveis. É exatamente o contrário. O Estado evolui e conhece transformações profundas. As formas de consciência e de subjetividade não são estáveis, fixas, mas, pelo contrário, são dinâmicas. Daí o interesse e a pertinência de um dispositivo como o Observatório para praticar uma antropologia hoje²².

Recebido em março de 2012 e aprovado em maio de 2012.

Notas

1 Quero agradecer a Claire Nioche pelo seu auxílio, tão decisivo, para a redação deste texto.

2 Sylvain Lazarus, *Anthropologie du Nom*, Éditions du Seuil, Collection des travaux, Paris, 1996.

3 Nota da Revisão da Tradução (N. R. T.): o nome, nas formulações do autor, é uma palavra que abre o campo do pensamento, por exemplo: política (Lazarus, 1996, p. 81).

4 Atribuir a política ao Estado volta-a somente para a questão do poder; nesse campo, a política não se apresenta como pensamento, mas se dá em uma objetividade acessível apenas pelo direito, pela ciência política, pela economia, pela história.

5 Para mim, a última, considerando a data, é a Organização Política, cujo encerramento ocorreu em 2008.

6 N. R. T.: o grupo militante maoísta francês foi criado (*L'Organization Politique*) por Sylvain Lazarus, Alan Badiou e Natacha Michel em 1985. Constituíram um polo político que procurava elaborar uma política ao mesmo tempo fiel a preceitos comunistas e ao tempo presente. A OP obteve uma relativa radiação nas lutas pela regularização dos trabalhadores estrangeiros e contra a flexibilização da jornada de trabalho com enunciados como *todo aquele que vive aqui é daqui*.

7 Na expressão *antropologia do nome*, o nome designa em definitivo a vontade de apreender a singularidade sem fazê-la desaparecer.

8 N. R. T.: para o autor, o pensamento das pessoas não será constituído de enunciados, mas de palavras (palavras problemáticas).

9 É de propósito que não digo seu real. Com efeito, o Estado produz também sua própria proposta sobre o real.

10 Sylvain Lazarus. Formas de consciência e representações das OS de Renault-Billancourt, relação de pesquisa, contrato de pesquisa CNRS / Régie Renault. As OS na indústria automobilística, Paris, 1986.

11 Talvez seja necessário precisar aqui que o subjetivo não conduz por si mesmo ao subjetivo. Somente há protocolo de conhecimento do subjetivo em um movimento de queda, seja em direção à objetivação, seja em direção ao pensamento. Ou para dizer isso de outra forma, há dois destinos e dois usos do subjetivo: um uso o apresenta a algo diferente dele e o trata exteriormente em um registro de tipo científico. O outro uso tenta uma investigação interior, aquilo cuja condição de possibilidade é fazer cair o subjetivo *no pensamento*.

12 Eu lembro que as pessoas são um *há*, um indistinto certo. Não se trata nem de um objeto, nem de um assunto, nem de um grupo, nem de um agregado. Somente a pesquisa na interioridade pode constituir uma figuração parcial quanto aos enunciados pronunciados e às formas de pensamento desenvolvidas. O contemporâneo que é o nosso nos anos 2010 na França, apresenta uma sequência absolutamente nova tanto do ponto da subjetividade das pessoas quanto com vistas à forma e à natureza do Estado. Este contemporâneo torna obsoletos os procedimentos e os métodos da sequência anterior e chama para que seja constituída, em termos absolutamente novos, o que resta hoje do enunciado *as pessoas pensam* e logo de uma antropologia das singularidades subjetivas.

13 Sylvain Lazarus (Org.), *Anthropologie Ouvrière et Enquêtes d'Usine*, n. spécial de la revue *Ethnologie française*, n. 3, jul./set. 2001.

14 Eu retomo nesta parte alguns elementos de minha comunicação em um colóquio acontecido no Rio de Janeiro, em junho de 2009, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e consagrado aos intercâmbios e à cooperação da Universidade de Paris 8 com as universidades brasileiras. Os anais do colóquio, em edição bilíngue francês/português brasileiro, aparecerão nas *Presses Universitaires de Vincennes* (PUV).

15 N. R. T.: a tradução literal de *Banlieues* é subúrbio, no entanto, resolvemos manter a grafia na língua francesa, uma vez que a representação mais completa desse termo não se refere apenas a uma localização geográfica em relação aos grandes centros urbanos, e sim a locais com características como forte densidade populacional, concentração de população estrangeira, grande proporção de jovens com menos de 30 anos, baixa renda, taxas de desemprego maiores do que a média nacional, altos índices de fracasso e evasão escolares.

16 Com uma equipe formada por Alain Bertho, Amar Henni, Djibril N'Diaye e por mim mesmo.

17 Sylvain Lazarus, *Anthropologie du nom* (1996).

18 N. R. T.: as construções típicas das moradias das camadas populares nas *banlieues* francesas são as barras e as torres. As barras caracterizam-se por serem construções de grandes dimensões com forma alongada, ao contrário das torres, construções mais verticalizadas, com muitos andares.

19 N. R. T.: foi mantida a palavra em francês *cité*, cujo significado aqui é de um conjunto de imóveis em que habitam pessoas em condições socioeconômicas mais

desfavoráveis. A *cité des 4000* em La Courneuve localiza-se na região Île-de-France, nos subúrbios ao norte de Paris. Tem esse nome por ter sido um conjunto residencial projetado para 4000 mil moradias. Desde que começou a ser habitada, nos anos 1960, passou por diversas transformações em função de sucessivas reformas urbanas; nos anos 2000 ocorreu na *cité des 4000* uma série de manifestações por reconhecimento e melhores condições de vida.

20 Quero lembrar aqui o texto de Louis Althusser, *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, Paris, 1970.

21 Grupo constituído e animado por Amar Henni.

22 Nota Editorial: o presente artigo foi originalmente publicado na revista *Mondes Contemporains: revue d'anthropologie culturelle et sociale*, n. 1, 2011. Sua tradução e publicação na Educação & Realidade foram autorizadas pelo autor.

Referências

FINLEY, Moses Immanuel. **L’Invention de la Politique**: démocratie et politique à Athènes et à Rome. Paris: Flammarion, 2011.

FOCAULT, Michel. **Les Mots et les Choses**: une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.

GEERTZ, Clifford. **Works and Lives**: the Anthropologist as Author. Stanford: Stanford University Press, 1988.

GEERTZ, Clifford. **Ici et Là-Bas**. L’anthropologue comme auteur, Métaillé, 1992.

LAZARUS, Sylvain. **Anthropologie du Nom**. Paris: Le seuil, collection Des travaux, 1996.

LEACH, Edmund Robert. **Rethinking Anthropology**. London: Robert Cunningham and Sons Ltd, 1961.

LÉVI STRAUSS, Claude. **La Pensée Sauvage**. Paris: Plon, 1962.

SARKOZY, Nicolas. **Discours de Grenoble**. Occasion de la prise de fonction du nouveau préfet de l’Isère, Éric Le Douaron. France: Grenoble, 30 jul. 2010.

Sylvain Lazarus é antropólogo. Professor da Universidade Paris 8, Saint-Denis/França.

E-mail: sylvain.lazarus@yahoo.fr

Tradução: Weslin de Jesus Santos (Universidade Federal de Sergipe/DLES), sob supervisão de Dominique Marie Philippe Geneviève Boxus (Universidade Federal Fluminense/GLE)

Revisão da Tradução: José Geraldo Soares Damico (Fundação Universidade de Rio Grande) e Nalú Farenzena (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)